

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019**

**Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**

TEMAS	COMO É – LEI Nº 8.213/1991	O QUE TRAZ A MP Nº 871/19
UNIÃO ESTÁVEL	<p><b>Art. 16.</b> São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:</p> <p>I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;</p>	<p><b>Art. 16.</b></p> <p><b>Inclusão § 5º</b> A prova de união estável e de dependência econômica <u>exigem início de prova material contemporânea dos fatos, não admitida a prova exclusivamente testemunhal</u>, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.</p>
INSCRIÇÃO RGPS	<p><b>Art. 17.</b> O Regulamento disciplinará a forma de inscrição do segurado e dos dependentes.</p>	<p><b>Art. 17.</b></p> <p><b>Inclusão § 7º</b> Não será admitida a inscrição <i>post mortem</i> de segurado contribuinte individual e de segurado facultativo.</p>
CARÊNCIA	<p><b>Art. 25.</b> A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:</p> <p><b>Inciso III</b> - salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei.</p>	<p><b>Alteração inciso III</b> – salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do <u>caput do art. 11</u> e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39; e</p> <p><b>Inclusão Art. 71-D.</b> O direito ao salário-maternidade <u>decairá se não for requerido em até cento e oitenta dias da ocorrência do parto ou da adoção</u>, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.</p>
	<p><b>Auxílio-Reclusão</b></p> <p><b>Art. 26.</b> Independe de carência a concessão das seguintes prestações:</p> <p>I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;</p>	<p><b>Inclusão inciso IV ao Art. 25</b> – auxílio-reclusão: vinte e quatro contribuições mensais.</p> <p><b>Alteração inciso I ao Art. 26.</b> pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente;</p>
	<p><b>Perda qualidade segurado</b></p> <p><b>Art. 27-A.</b> No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para a concessão dos benefícios de que trata esta Lei, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com metade dos períodos previstos nos <u>incisos I e III do caput do art. 25 desta Lei</u>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o <b>Inciso I e III do artigo 25</b> tratam do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez e do salário-maternidade.</li> </ul>	<p><b>Nova redação caput do Art. 27-A.</b> Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com os períodos integrais de carência previstos nos incisos I, III e IV do <u>caput</u> do art. 25.</p>
	<p><b>Art. 80.</b> O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.</p>	<p><b>Nova redação do Art. 80.</b> O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, <b>respeitado o tempo mínimo de carência estabelecido no inciso IV do caput do art. 25</b>, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, <u>que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço</u>.</p> <p><b>Inclusão parágrafos:</b></p> <p><b>§ 1º</b> O requerimento do auxílio-reclusão será instruído com certidão judicial que ateste o recolhimento efetivo à prisão, obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de prova de permanência na condição de presidiário.</p> <p><b>§ 2º</b> O INSS celebrará convênios com os órgãos públicos</p>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

TEMAS	COMO É – LEI Nº 8.213/1991	O QUE TRAZ A MP Nº 871/19
		<p>responsáveis pelo cadastro dos presos para obter informações sobre o recolhimento à prisão.</p> <p><b>§ 3º</b> Para fins do disposto nesta Lei, considera-se segurado de baixa renda aquele que, na competência de recolhimento à prisão tenha renda, apurada nos termos do disposto no § 4º, de valor igual ou inferior àquela prevista no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, corrigido pelos índices aplicados aos benefícios do RGPS.</p> <p><b>§ 4º</b> A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.</p> <p><b>§ 5º</b> A certidão judicial e a prova de permanência na condição de presidiário poderão ser substituídas pelo acesso à base de dados, por meio eletrônico, a ser disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, com dados cadastrais que assegurem a identificação plena do segurado e da sua condição de presidiário.</p>
<p><b>SEGURADOS ESPECIAIS / APOSENTADORIA RURAL</b></p>	<p><b>Art. 38-A</b> O Ministério da Previdência Social desenvolverá programa de cadastramento dos segurados especiais, observado o disposto nos §§ 4o e 5o do art. 17 desta Lei, podendo para tanto firmar convênio com <u>órgãos federais, estaduais ou do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades de classe, em especial as respectivas confederações ou federações.</u></p> <p>§ 1º O programa de que trata o caput deste artigo deverá prever a manutenção e a atualização anual do cadastro e conter todas as informações necessárias à caracterização da condição de segurado especial.</p>	<p><b>Nova redação caput do Art. 38-A</b></p> <p>O Ministério da Economia manterá sistema de cadastro dos segurados especiais no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, observado o disposto nos § 4º e § 5º do art. 17, e poderá firmar acordo <u>de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal para a manutenção e a gestão do sistema de cadastro.</u></p> <p><b>Nova redação do § 1º.</b> O sistema de que trata o caput preverá a manutenção e a atualização anual do cadastro e conterá as informações necessárias à caracterização da condição de segurado especial, nos termos do disposto no Regulamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Deputada Federal <b>Tereza Cristina</b> (DEM-MS) foi indicada pela Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA para o cargo de ministra da Agricultura.</li> <li>○ Apenas manutenção do cadastro.</li> <li>○ Exclusão de entidades de classe.</li> </ul> <p><b>Inclusão parágrafos:</b></p> <p><b>§ 4º</b> A atualização anual de que trata o § 1º será feita até 30 de junho do ano subsequente.</p> <p><b>§ 5º</b> Decorrido o prazo de que trata o § 4º, o segurado especial só poderá computar o período de trabalho rural se efetuado em época própria o recolhimento na forma prevista no art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991.</p> <p><b>§ 6º</b> É vedada a atualização de que trata o § 1º após o prazo de cinco anos, contado da data estabelecida no § 4º.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991 regulamenta o recolhimento do empregador rural pessoa física</li> </ul>
<p><b>COMPROVAÇÃO ATIVIDADE RURAL</b></p>	<p><b>Art. 38-B.</b> O INSS utilizará as informações constantes do cadastro de que trata o art. 38-A para fins de comprovação do exercício da atividade e da condição do</p>	<p><b>Revogação do parágrafo único e inclusão de parágrafos:</b></p> <p><b>§ 1º</b> A partir de 1º de janeiro de 2020, a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado</p>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

TEMAS	COMO É – LEI Nº 8.213/1991	O QUE TRAZ A MP Nº 871/19
	<p>segurado especial e do respectivo grupo familiar.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Havendo divergências de informações, para fins de reconhecimento de direito com vistas à concessão de benefício, o INSS poderá exigir a apresentação dos documentos previstos no <b>art. 106</b> desta Lei.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Art. 106.</b> A comprovação do exercício de atividade rural será feita, complementarmente à declaração de que trata o art. 38-B, por meio de: <ul style="list-style-type: none"> <li><b>III</b> – declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</li> <li><b>IV</b> – comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;</li> </ul> </li> </ul>	<p>especial ocorrerá <b>exclusivamente</b> pelas informações constantes do cadastro a que se refere o art. 38-A.</p> <p><b>§ 2º</b> Para o período anterior a 1º de janeiro de 2020, o segurado especial comprovará o tempo de exercício da atividade rural por meio de autodeclaração ratificada por entidades públicas credenciadas, nos termos do disposto no art. 13 da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e por outros órgãos públicos, na forma prevista no Regulamento</p> <p><b>§ 3º</b> Na hipótese de haver divergência de informações, para fins de reconhecimento de direito com vistas à concessão de benefício, o INSS poderá exigir a apresentação dos documentos referidos no art. 106.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Regovação do inciso III do art. 106</b> - Retirada da possibilidade de comprovação por documento emitido por entidades representativas dos trabalhadores.</li> <li>○ <b>Nova redação inciso IV do artigo 106</b> - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, <u>ou por documento que a substitua, emitidas apenas por instituições ou organizações públicas;</u></li> </ul>
<p><b>AUXÍLIO-DOENÇA PARA SEGURADO RECLUSOS</b></p>	<p><b>Art. 59.</b> O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social <u>já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.</u></p>	<p><b>Regovação parágrafo único</b></p> <p><b>Inclusão de parágrafos:</b></p> <p><b>§ 1º</b> Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.</p> <p><b>2º</b> Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.</p> <p><b>§ 3º</b> O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão terá o benefício suspenso.</p> <p><b>§ 4º</b> A suspensão prevista no § 3º será de até sessenta dias, contados da data do recolhimento à prisão, cessado o benefício após o referido prazo.</p> <p><b>§ 5º</b> Na hipótese de o segurado ser colocado em liberdade antes do prazo previsto no § 4º, o benefício será restabelecido a partir da data da soltura.</p>
<p><b>PENSÃO POR MORTE</b></p>	<p><b>Art. 74.</b> A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, <u>a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.</u></p> <p><b>I - do óbito,</b> quando requerida até <u>noventa dias</u> depois deste;</p>	<p><b>Alteração redação Art. 74.</b> A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:</p> <p><b>Alteração da redação do inciso I</b> - do óbito, quando requerida em até <b>cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos,</b> ou em até <b>noventa dias após o óbito, para os demais dependentes;</b></p> <p><b>Inclusão de parágrafos:</b></p>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

TEMAS	COMO É – LEI Nº 8.213/1991	O QUE TRAZ A MP Nº 871/19
		<p><b>§ 3º</b> Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.</p> <p><b>§ 4º</b> Julgada improcedente a ação prevista no § 3º, o valor retido, corrigido pelos índices legais de reajustamento, será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.</p>
	<p><b>Art. 76.</b> A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.</p>	<p><b>Inclusão § 3º</b> - Na hipótese de o segurado falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.</p>
<p><b>DEVOLUÇÃO DE BENEFÍCIO INDEVIDO</b></p>	<p><b>Art. 115.</b> Podem ser descontados dos benefícios:</p> <p><b>II</b> - pagamento de benefício além do devido.</p> <p><b>§ 3º</b> Serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal os créditos constituídos pelo INSS em razão de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, hipótese em que se aplica o disposto na Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A Lei 6.830/80 dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.</li> </ul>	<p><b>Alteração da redação do inciso II</b> - pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, nos termos do disposto no Regulamento.</p> <p><b>Alteração da redação do § 3º</b> - Serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal os créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, <b>inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial</b>, nos termos do disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.</p> <p><b>Inclusão de parágrafos:</b></p> <p><b>§ 4º</b> Será objeto de inscrição em dívida ativa, para os fins do disposto no § 3º, em conjunto ou separadamente, o terceiro beneficiado que sabia ou deveria saber da origem do benefício pago indevidamente em razão de fraude, dolo ou coação, desde que devidamente identificado em procedimento administrativo de responsabilização.</p> <p><b>§ 5º</b> O procedimento de que trata o § 4º será disciplinado em regulamento, nos termos do disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 27 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.</p> <p><b>§ 6º</b> A alienação ou a oneração de bens ou rendas, ou o início de um desses processos, por beneficiário ou responsabilizado inscrito em dívida ativa, nas hipóteses previstas nos § 3º e § 4º, será presumida fraudulenta e caberá ao regulamento disciplinar a forma de atribuir publicidade aos débitos dessa natureza.</p> <p><b>§ 7º</b> Na hipótese prevista no inciso V do <i>caput</i>, a autorização do desconto deverá ser revalidada anualmente nos termos</p>

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019**

**Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**

TEMAS	COMO É – LEI Nº 8.213/1991	O QUE TRAZ A MP Nº 871/19
		<p>do disposto no Regulamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o <u>Recurso Especial nº 1762208</u> - No referido julgado ,assevera o Ministro Relator, Herman Benjamin, no voto “o STJ vem decidindo, de forma reiterada, que <b>verbas de caráter alimentar pagas a maior em face de conduta errônea da administração ou da má interpretação legal não devem ser devolvidas quando recebidas de boa-fé</b>”.</li> </ul>
<p align="center"><b>PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO</b></p>		<p><b>Inclusão de artigos:</b></p> <p><b>Art. 124-A.</b> O INSS implementará processo administrativo eletrônico para requerimento de benefícios e serviços e disponibilizará canais eletrônicos de atendimento.</p> <p><b>§ 1º</b> O INSS facilitará o atendimento, o requerimento, a concessão, a manutenção e a revisão de benefícios por meio eletrônico e implementará procedimentos automatizados, de atendimento e prestação de serviços por meio de atendimento telefônico ou de canais remotos.</p> <p><b>§ 2º</b> Poderão ser celebrados acordos de cooperação, na modalidade de adesão, com órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a recepção de documentos e apoio administrativo às atividades do INSS que demandem serviços presenciais.</p> <p><b>§ 3º</b> Os serviços de que trata o § 2º poderão ser executados pelas instituições financeiras pagadoras de benefícios administrados pelo INSS.</p> <p><b>§ 4º</b> A implementação de serviços eletrônicos preverá mecanismos de controle preventivos de fraude e identificação segura do cidadão.</p> <p><b>Art. 124-B.</b> O INSS, para o exercício de suas competências, observado o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, terá acesso a todos os dados de interesse para a recepção, a análise, a concessão, a revisão e a manutenção de benefícios por ele administrados, em especial:</p> <p><b>I</b> - os dados administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;</p> <p><b>II</b> - os dados dos registros e dos prontuários eletrônicos do Sistema Único de Saúde - SUS, administrados pelo Ministério da Saúde;</p> <p><b>III</b> - os dados dos documentos médicos mantidos por entidades públicas e privadas, sendo necessário, no caso destas últimas, a celebração de convênio para garantir o acesso; e</p> <p><b>IV</b> - os dados de movimentação das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, mantidas pela Caixa Econômica Federal.</p> <p><b>§ 1º</b> Para fins do cumprimento do disposto no caput, serão preservados a integridade dos dados e o sigilo dos dados acessados pelo INSS. eventualmente existente.</p> <p><b>§ 2º</b> O Ministério da Economia terá acesso às bases de dados geridas ou administradas pelo INSS, incluída a folha de</p>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

TEMAS	COMO É – LEI Nº 8.213/1991	O QUE TRAZ A MP Nº 871/19
		<p>pagamento de benefícios com o detalhamento dos pagamentos.</p> <p><b>§ 3º</b> As bases de dados e as informações de que tratam o caput e o § 1º poderão ser compartilhadas com os regimes próprios de previdência social, para estrita utilização em suas atribuições relacionadas à recepção, à análise, à concessão, à revisão e à manutenção de benefícios por eles administrados, preservados a integridade dos dados e o sigilo eventualmente existente, na forma disciplinada conjuntamente pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e pelo gestor dos dados.</p> <p><b>§ 4º</b> Fica dispensada a celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou instrumentos congêneres para a efetivação do acesso aos dados de que trata o caput, quando se tratar de dados hospedados por órgãos da administração pública federal, e caberá ao INSS a responsabilidade de arcar com os custos envolvidos, quando houver, no acesso ou na extração dos dados, exceto quando estabelecido de forma diversa entre os órgãos envolvidos.</p> <p><b>§ 5º</b> As solicitações de acesso a dados hospedados por entidades privadas possuem característica de requisição, dispensados a celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou instrumentos congêneres para a efetivação do acesso aos dados de que trata o caput e o ressarcimento de eventuais custos.</p> <p><b>Art. 124-C.</b> O servidor responsável pela análise dos pedidos dos benefícios previstos nesta Lei motivará suas decisões ou opiniões técnicas e responderá pessoalmente apenas na hipótese de dolo ou erro grosseiro.</p> <p><b>Art. 124-D.</b> A administração pública federal desenvolverá ações de segurança da informação e comunicações, incluídas as de segurança cibernética, de segurança das infraestruturas, da qualidade dos dados e da segurança de interoperabilidade de bases governamentais, e efetuará a sua integração, inclusive com as bases de dados e informações dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com o objetivo de atenuar riscos e inconformidades em pagamentos de benefícios sociais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Implementação processo administrativo eletrônico;</li> <li>○ Acesso do INSS e do Ministério da Economia das informações do segurado constantes de outros bancos de dados públicos, p.e. Receita Federal, SUS, FGTS e entidades médicas privadas (mediante requerimento).</li> </ul>

Karina Balduino Leite é Sócia de LBS Advogados.

Camilla Louise Galdino Cândido é Coordenadora Cível de LBS Advogados.

Cláudia Caroline Nunes da Costa é Advogada Cível de LBS Advogados.